

## TRIBUTOS

Presidente minimiza impacto do reajuste do imposto no parecer ao STF e diz que ele não fere a capacidade contributiva dos correntistas

# Para Lula, brasileiros não sentirão IOF maior

IZABELLE TORRES  
DA EQUIPE DO CORREIO

Para explicar ao Supremo Tribunal Federal (STF) os motivos que levaram o governo a adotar o aumento de impostos para compensar a perda na arrecadação da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recorreu à benevolência dos brasileiros e afirmou que os contribuintes arcam com a alíquota de 0,38% do imposto do cheque "sem maiores problemas e queixas".

No texto com as justificativas, Lula alegou que a população não deverá sentir o impacto do aumento no Imposto sobre Operação Financeira (IOF), visto que o reajuste custará menos do que o valor cobrado por meio da extinta CPMF. Para ilustrar o argumento de que os brasileiros não têm do que reclamar em relação ao aumento na alíquota do IOF, o parecer apresentado pelo presidente Lula é composto de quadros comparativos e simulações das novas taxas cobradas: tudo para comprovar a tese governista de que o aumento do imposto não é excessivo a ponto de ferir a capacidade contributiva dos correntistas.

Além de minimizar o impacto do reajuste do tributo, o texto da justificativa presidencial — que

Paulo H. Carvalho/CB - 19/12/07



JUSTIFICATIVAS FORAM ENTREGUES À ELLEN GRACIE NO ÚLTIMO DIA DO PRAZO

possui 60 páginas — afirma repetidas vezes que cabe ao Executivo alterar as alíquotas de impostos previstos na Constituição, e diz que a competência tributária concedida à União visa, principalmente, possibilitar a manutenção da segurança econômica do país. "É competência constitucional da União instituir, por meio de lei ordinária, o imposto sobre operação de crédito, câmbio e seguro", diz o texto.

O parecer assinado pelo presidente Lula foi elaborado pelo consultor da Advocacia-Geral da União, Oswaldo Othon Saraiva, e

apresentado ontem ao Supremo: último dia do prazo estipulado pela presidente da Corte, ministra Ellen Gracie, para que o Executivo justificasse os motivos para a adoção das medidas constantes no pacote econômico.

**Ação**  
A Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) foi protocolada no último dia 8 pelos deputados federais Rodrigo Maia (RJ) e Osório Adriano (DF), presidente e secretário-geral do partido Democratas (DEM), respectivamente, visando anular o decreto que

alterou as alíquotas do IOF. Segundo o DEM, a decisão do governo, além de aumentar o imposto, teria resultado na instituição de uma alíquota adicional de 0,38% sobre operações de crédito. Para o partido, esse adicional seria, na verdade, uma nova exigência fiscal, criada por meio de decreto presidencial, sem a observância dos requisitos constitucionais para a criação de um novo imposto.

Para acelerar a tramitação da Adin, a presidente do STF decidiu adotar o procedimento abreviado, que suprime a análise da liminar pelo Plenário e passa diretamente para a de mérito. Por isso, pediu que o presidente apresentasse as justificativas no prazo de 10 dias: exigência que somente deveria ser feita em fase posterior do processo. A partir de agora, a Advocacia-Geral da União (AGU) terá cinco dias para emitir parecer e a Procuradoria Geral da República terá outros cinco dias para se pronunciar sobre o assunto. Depois de decorrido os prazos, a matéria estará pronta para ir ao plenário.

Para tentar derrubar a Adin, o Ministério da Fazenda entregou ontem ao Supremo uma nota técnica, na qual afirma que o aumento da alíquota do IOF servirá para evitar maiores pressões sobre a inflação e coibir operações de curto prazo, que poderiam pressionar a taxa de câmbio. A nota será anexada ao processo.



e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



## O sonho de um FHC barbudo

Todos os cálculos políticos em Brasília estão com o olho pregado nos efeitos da crise americana sobre nós. A oposição não admitirá publicamente sua torcida para que batam fortemente aqui as ondas de choque de destruição da riqueza, mas é precisamente disso que se trata. A turma do "quanto pior, melhor" sabe que a hora é agora. Para os que têm pesadelos povoados pela possibilidade de Luiz Inácio Lula da Silva chegar muito forte em 2010, não haverá provavelmente outra oportunidade como esta. É agarrar ou largar.

Lula reelegeu-se 15 meses atrás após um quadriênio marcado por idas e vindas no crescimento econômico. Depois da estagnação de 2003, veio um 2004 bom. A ele seguiram-se um 2005 mediocre e um 2006 um pouco melhor. Reeleito, o presidente da República erigiu o crescimento acelerado como marca do segundo mandato — para substituir o carro-chefe do primeiro, os programas sociais. Significativamente, as três letras mais marteladas no esforço comunicacional do governo do ano passado para cá juntam-se na sigla do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Sem o PAC, a administração Lula II resumir-se-ia à espera dolorosa de seu próprio fim.

Os planos supostamente revolucionários na Saúde foram abortados na decolagem, quando a incompetência política do governo deu o gás de que a turma do "quanto pior, melhor" precisava para derrubar, no Senado, a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Na Educação, a promessa das autoridades é que as medidas cosméticas agora lançadas terão efeito em no máximo 20 anos. Não é piada. É isso mesmo. Vinte anos. A reforma agrária está atolada nas vacilações de um presidente que se recusa a modernizar os índices de produtividade da terra — o que reduz em muito as áreas disponíveis para a democratização da propriedade rural. O programa do etanol, grande aposta de Lula para alavancar o agronegócio brasileiro à condição de fornecedor global de combustíveis, encontra pela frente as previsíveis resistências dos protecionismos europeu e americano. E patina.

A esperança é o PAC. Transformar o Brasil num canteiro de obras, nas palavras do próprio presidente. Em 2010, os programas sociais estarão de tal modo incorporados institucionalmente ao cotidiano da população mais pobre que sua influência no processo eleitoral será relativa. O povo não é bobo. Nem a oposição. PSDB e Democratas resmungam em Brasília contra o que chamam pejorativamente de "bolsa-esmola", mas aplicam com fúria em suas próprias administrações fórmulas para redistribuir renda a partir de impostos cobrados das classes mais altas. Como se sabe, antipolulismo e modernidade nos olhos dos outros são refresco.

A parada daqui a três anos vai ser decidida mesmo é no crescimento da economia. Segundo dados oficiais não contestados, criaram-se ano passado no Brasil quase 1,7 milhão de empregos com carteira assinada. Se Lula mantiver a média, serão quase 7 milhões de vagas em quatro anos. É um número invejável. Mesmo que o resultado final venha a ser um pouco pior, algo como 6 milhões, ainda assim poderá ser erguido como bandeira eleitoral poderosíssima. Para que mudar o time que está ganhando? Para que arriscar um crescimento que vem melhorando a vida da maioria das pessoas? Mesmo a discurseira sobre a falta de "portas de saída" para os programas sociais perderá sentido. Como dizer que faltam portas de saída se o país cria empregos como não se via há quase quatro décadas?

Existe, na oposição, quem preveja que um candidato da base de Lula pode ser derrotado mesmo com a economia andando bem e com o país politicamente pacificado. Mas não é essa a avaliação predominante. Nas conversas reservadas, políticos do PSDB e do Democratas admitem o medo do que pode acontecer quando a corrida eleitoral para a sucessão do presidente da República se polarizar e o eleitor for instado a escolher entre a continuidade de algo que está dando certo e a ruptura em direção a algo que talvez seja melhor. Ou talvez não seja.

O eleitor médio não é revolucionário. Há quem ache que Lula se elegeu em 2002 por causa da trajetória radical do PT. É mais provável que o petista tenha vencido apesar de seus defeitos — e dos de seu partido. Tanto que, como se recorda, o eleitorado só pendeu para Lula depois de inviabilizadas alternativas como Roseana Sarney e Ciro Gomes. É que o eleitor médio estava saturado dos anos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com sua herança de crescimento baixo e estagnação. Daí a esperança oposicionista de que a crise americana transforme Lula II numa versão barbuda de FHC II.

## Sigilo com novo prazo

No dia em que apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a justificativa sobre o pacote de medidas adotado pelo governo para compensar a perda da CPMF, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu da Corte um novo prazo para explicar outra decisão: a que obrigou bancos a repassarem à Receita dados financeiros de pessoas físicas e jurídicas que, em seis meses, tenham movimentado mais de R\$ 5 mil e R\$ 10 mil, respectivamente. Contra o ato, tramita no Supremo uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) apresentada pela Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL).

A exemplo do que fez no processo que questionou o aumento do Imposto sobre Operação Financeira (IOF), a presidente do Supremo, ministra Ellen Gracie, decidiu encaminhar o julgamento da ação diretamente para o plenário, em vez de examinar o pedido de liminar que consta na Adin. Depois que o presidente Lula apresentar as justificativas, será aberto prazo de cinco dias para que a Advocacia Geral da União (AGU) se pronuncie, e outros cinco dias para que a Procuradoria Geral da República emita parecer.

OAB  
A instrução da Receita Federal que quebra o sigilo dos contribuintes irá enfrentar outra Adin. Ontem, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) anunciou que vai entrar com uma ação no Supremo até o fim da semana. O presidente da OAB, Cezar Brito, justificou a decisão alegando que é um direito constitucional ter o sigilo quebrado somente por determinação judicial. (IT)

**SURPREENDEU A CONCORRÊNCIA. TAMBÉM VAI SURPREENDER VOCÊ.**

**SPORTAGE** O Sport Utility coreano mais vendido no Brasil  
A partir de **R\$ 79.400,00**  
à vista ou entrada + 60x de **R\$ 748,29** (código P.116.78)

**FREIOS ABS COM EBD.**

**COBRIMOS AS OFERTAS ANUNCIADAS PELA CONCORRÊNCIA.**

**SORENTO** Eleito o melhor SUV do mundo em sua categoria.  
DE: ~~R\$ 119.900,00~~  
POR: **R\$ 109.900,00** à vista ou  
Entrada + 60x de **R\$ 950,50** (código S.113.77)

Motor diesel 4x4, ar-condicionado, airbag duplo, trio elétrico, freios a disco nas 4 rodas com ABS e EBD, acabamento interno em couro, CD player com MP3, rodas de liga leve aro 16.

**5 anos de garantia TOTAL**

SIA Trecho 4 3363 1616 | QI 09 - Lago Sul 3248 1700

**KIA Car Collection**

www.carcollection.com.br

Preços válidos para pagamento à vista. Validade: 26/01/2008 ou até o término do estoque, o que ocorrer primeiro. Frete e pintura metálica não inclusos. TAC incluso no valor de R\$ 550,00. Crédito sujeito à aprovação da instituição financeira. Garantia de 5 anos, sem limite de quilometragem, para cobertura básica. Sportage, código P.116.78 - Entrada de 60%, valor financiado: R\$ 31.760,00. Sorento, código S.113.77 - Entrada de R\$ 69.900,00, valor financiado: R\$ 40.000,00. \*Bônus de R\$ 10.000,00 para as últimas 3 unidades de 2007. Cobrimos ofertas anunciadas pela concorrência em veículos de grande audiência ou circulação, mediante comprovação e desde que ofereçam as mesmas condições dos automóveis anunciados.